

Carta aos Servidores Técnicos e Administrativos

É responsabilidade da UFMG, como instituição pública, contribuir com os instrumentos que lhe são próprios para a construção da nação justa e soberana com que todos sonhamos.

Nossa universidade tem sido o resultado de uma construção coletiva, reiniada a cada dia e consequência da ação de todos os que dela fazem parte. Entretanto, para que possa prosseguir na sua tarefa, as relações internas da instituição devem ser, permanentemente, objeto de um exame cuidadoso. O grau de responsabilidade pela instituição, por parte dos diversos segmentos que a compõem, está inequivocamente associado à constituição de relações marcadas pela efetiva participação. Os servidores técnicos e administrativos têm defendido uma idéia de universidade caracterizada por políticas baseadas no diálogo, na cooperação e na responsabilidade. Entendemos que é preciso remover todos os obstáculos que impeçam o estabelecimento de relações justas entre os segmentos, de modo a propiciar que a universidade possa cumprir as metas que lhe cabem.

Temos falado muito na necessidade de construir o que chamamos de cidadania universitária, um conceito que nos é muito caro e que a todos diz respeito. Além de estar presente nas relações de trabalho, se desdobra em várias direções, de espaços de convívio ao lazer, da cultura à atenção à saúde, de programas de desenvolvimento pessoal a iniciativas de desenvolvimento profissional. Compreendido como o fundamento de uma efetiva política de pessoal, o conceito de cidadania universitária permite conferir densidade às discussões sobre a democratização das relações no âmbito da universidade, com os quais a nossa candidatura está desde já claramente comprometida.

Os debates sobre a reforma universitária, cujo projeto está no Congresso Nacional, evidenciaram os interesses presentes no campo do ensino superior. O avanço das instituições particulares, as incertezas relativas à responsabi-

lidade governamental para com o ensino superior público, a resistência ao estabelecimento de marcos regulatórios para o sistema privado constituem, entre outros temas, matérias sobre as quais todos os que se colocam do lado da defesa de uma educação superior pública robusta e extensiva devem se pronunciar.

Assim, conclamamos os servidores técnicos e administrativos para que, juntos, sejamos capazes de construir uma gestão universitária capaz de estabelecer relações de trabalho pautadas na participação sempre mais democratizada e sempre mais responsável e de defender, incondicionalmente, o sistema público de ensino superior no Brasil.

Ronaldo Pena Heloisa Starling